1. Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos

Meus senhores:

A DECADÊNCIA DOS POVOS da Península nos últimos três séculos é um dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história: pode até dizer-se que essa decadência, seguindo-se quase sem transição a um período de força gloriosa e de rica originalidade, é o único grande facto evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo. Como peninsular, sinto profundamente ter de afirmar, numa assembleia de peninsulares, esta desalentadora evidência.

Mas, se não reconhecermos e confessarmos francamente
os nossos erros passados, como poderemos aspirar
a uma emenda sincera e definitiva?
O pecador humilha-se diante do seu Deus,
num sentido acto de contrição, e só assim é perdoado.
Façamos nós também, diante do espírito de verdade,
o acto de contrição pelos nossos pecados históricos,
porque só assim nos poderemos emendar e regenerar.
Conheço quanto é delicado este assunto, e sei que por isso
dobrados deveres se impõem à minha crítica. Para uma
assembleia de estrangeiros, não passara esta de uma tese

histórica, curiosa sim para as inteligências, mas fria e indiferente para os sentimentos pessoais de cada um. Num auditório de peninsulares, não é porém assim. A história dos últimos três séculos perpectua-se ainda hoje entre nós em opiniões, em crenças, em interesses, e, tradições, que a representam na nossa sociedade, e tornam dalgum modo actual. Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca; a razão pode condená-lo; o coração tenta ainda absolvê-lo. É que nada há no homem mais delicado, mais melindroso do que as ilusões: e são as nossas ilusões o que a razão critica, discutindo o passado, ofende sobretudo em nós.

Não posso apelar para a fraternidade das ideias: conhecem que as minhas palavras não devem ser bem aceites por todos. As ideias, porém, não são felizmente o único laço com que se ligam ente si os espíritos dos homens. Independente delas, senão acima delas, existe para todas as consciências rectas, sinceras, leais, no meio da maior divergência de opiniões, uma fraternidade moral, fundada na mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão — o amor e a procura desinteressada da verdade. Que seria dos homens se, acima dos ímpetos da paixão e dos desvarios da inteligência, não existisse essa região serena da concórdia na boa-fé e na

tolerância recíproca! uma região aonde os pensamentos mais hostis se podem encontrar, estendendo-se lealmente a mão, e dizendo uns para os outros com um sentimento humano e pacífico: *és uma consciência convicta*!
É para essa comunhão moral que eu apelo.
E apelo para ela contidamente, porque sentindo-me dominado por esse sentimento de respeito e caridade universal, não posso crer que haja aqui alguém que duvide da minha boa-fé, e se recuse a acompanhar-me neste caminho de lealdade e tolerância.
Já o disse há dias, inaugurando e explicando o pensamento destas Conferências: não pretendemos *impôr* as nossas

opiniões, mas simplesmente *expô-las*; não pedimos a adesão das pessoas que nos escutam; pedimos só a discussão; essa discussão longe de nos assustar, é o que mais desejamos; porque, ainda que dela resultasse a condenação das nossas ideias, contanto que essa condenação fosse justa e inteligente, ficaríamos contentes, tendo contribuído, posto que indirectamente, para a publicação de algumas verdades.
São prova da sinceridade deste desejo aqueles lugares e aquelas mesas, destinadas particularmente aos jornalistas, aonde podem tomar nota das nossas palavras, tornando-lhes nós assim franca e fácil a contradição.

Meus Senhores: a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhámos no primeiro período da Renascença, durante a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade. Logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local, e originalidade de génio inventivo. Em parte alguma custou tanto à dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento. Essa personalidade independente

mostra-se claramente na literatura, onde os espanhóis Lucano, Séneca, Marcial, introduzem no latim um estilo e uma feição, inteiramente peninsulares, e singularmente característicos. Eram os prenúnicos da viva originalidade que ia aparecer nas épocas seguintes. Na Idade Média a Península, livre de estranhas influências, brilha na plenitude do seu génio, das suas qualidades naturais. O instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial.

Dentro de cada uma dessas divisões, as Comunas, os Forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestam e firmam com um sem número de instituições, o espírito independente e autonómico das populações. E esse espírito não é só independente: é, quanto a época o comportava, singularmente democrático. Entre todos os povos da Europa Central e Ocidental, somente os da Península escaparam ao jugo de ferro do feudalismo.
O espectro torvo do castelo feudal não assombrava os nossos vales, não se inclinava, como uma ameaça, sobre a margem dos nossos rios, não entristecia os nossos horizontes com o seu perfil duro e sinistro.

Existia, certamente, a nobreza, como uma ordem distinta. Mas a foro nobiliário generalizara-se tanto, e tornara-se de tão fácil acesso, naqueles séculos heróicos de guerra incessante, que não é exagerada a expressão daquele poeta que nos chamou, a nós espanhóis, um *povo de nobres*. Nobres e populares uniam-se por interesses e sentimentos, e diante deles a coroa dos reis era mais um símbolo brilhante do que uma realidade poderosa. Se nessas idades ignorantes a ideia do Direito era obscura e mal definida, o instinto do Direito agitava-se enérgico nas consciências, e as acções surgiam viris como os caracteres.

A tais homens não convinha mais o despotismo religioso do que o despotismo político: a opressão espiritual repugnava-lhes tanto como a sujeição civil. Os povos peninsulares são naturalmente religiosos, são-no até duma maneira ardente, exaltada e exclusiva, e é esse um dos seus caracteres mais pronunciados. Mas são ao mesmo tempo inventivos e independentes: adoram com paixão, mas só adoram aquilo que eles mesmos criam, não aquilo que se lhes impõe. Fazem a religião, não a aceitam feita. Ainda hoje duas terças partes da população espanhola ignoram completamente os dogmas, a teologia e os mistérios cristãos: mas adoram fielmente os santos padroeiros das

suas cidades: porquê? Porque os conhece, porque os fez. O nosso génio é criador e individualista; precisa rever-se nas suas criações. Isto (junto à falta de coesão do maquinismo católico da Idade Média, ainda mal definido e pouco disciplinado pela inexorável escola de Roma) explica suficientemente a independência das igrejas peninsulares, e a atitude altiva das coroas da Península diante da Curia romana. Os Papas eram já muito; mas os bispos e as cortes eram ainda bastante. Para as pretensões italianas havia um *não* muito franco e firme. E essa resistência não saía apenas da vontade e do interesse de alguns: saía do impulso incontrastável do génio popular. Esse génio criador via-se

no aparecimento de rituais indígenas, numa singular liberdade de pensamento e de interpretação, e em mil originalidades de disciplina. Era o sentimento cristão, na sua expressão viva e humana, não formal e ininteligente: a caridade e a tolerância tinham um lugar mais alto do que a teologia dogmática. Essa tolerância pelos Mouros e Judeus, raças infelizes e tão meritórias, será sempre uma das glórias do sentimento cristão da Península na Idade Media. A caridade triunfava das repugâncias e preconceitos de raça e crença. Por isso o seio do povo era fecundo; saíam dele Santos, individualidades à uma ingénuas e sublimes, símbolos vivos da alma popular, e cujas singelas histórias

ainda hoje não podemos ler sem enternecimento.
No mundo da inteligência não é menos notável a expansão do espírito peninsular durante a Idade Média. O grande movimento intelectual da Europa medieval compreende a Filosofia escolástica e a Teologia, as criações nacionais dos Ciclos épicos, e a Arquitectura. Em nada disto se mostrou a Península inferior às grandes nações cultas, que haviam recebido a herança da civilização romana. Demos à Escola filósofos como Raimundo Lúlio; à Igreja, teólogos e papas, um destes português, João XXI. As escolas de Coimbra e Salamanca tinham uma celebridade europeia: nas aulas viam-se estrangeiros de distinção; atraídos pela fama dos

seus doutores. Entre os primeiros homens do século XII está um monarca espanhol, Afonso, o Sábio, espírito universal, filósofo, político e legislador. Nem posso também deixar esquecidos os Mouros e Judeus, porque foram uma das glórias da Península. A reforma da Escolástica, nos séculos XIII e XIV, pela renovação do aristotelismo, foi obra quase exclusiva das escolas árabes e judaicas de Espanha. Os nomes de Averróis (de Córdova) e de Ibn-Tofail (de Sevilha) e os judeus Maimónides e Avicebron serão sempre contados entre os primeiros na história da filosofia na Idade Média. Ao pé da Filosofia, a poesia. Para opôr aos Ciclos épicos da Távora redonda, da Carlos Magno

e do Santo Graal, tivemos aquele admirável Romancero, as lendas do Cid, dos Infantes de Lara, e tantas outras, que se teriam condensado em verdadeiras epopeias, se o espírito clássico da Renascença não tivesse vindo dar à Poesia uma outra direcção. Ainda assim, grande parte, a melhor parte talvez, do Teatro espanhol saiu da mina inesgotável do Romancero. Para opôr aos trovadores provençais, tivemos também trovadores peninsulares. Dos nossos reis e cavaleiros trovaram alguns com tanto primor como Beltrão de Born ou o conde de Tolosa. Quanto à Arquitectura, basta lembrar a Batalha e a Catedral de Burgos, duas das mais belas rosas góticas desbrochadas no seio da Idade Média.

Em tudo isto acompanháramos a Europa, a par do movimento geral. Numa coisa, porém, a excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações. As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso infante D. Henrique nessa famosa escola de Sagres, de aonde saíam homens como aquele heróico Bartolomeu Dias, e cuja influência, directa e indirectamente, produziu um Magalhães e um Colombo. Foi uma onda, que levantada aqui, cresceu até ir rebentar nas praias do novo mundo.

Viu-se de quanto era capaz a inteligência e a energia peninsular. Por isso a Europa tinha os olhos em nós, e na Europa a nossa influência nacional era das que mais pesavam. Contava-se para tudo com Portugal e Espanha. O Santo Império Alemão oferece a orgulhosa coroa imperial a um rei de Castela, Afonso, o Sábio. No século XV, D. João I, árbitro em várias questões internacionais, é geralmente considerado, em influência e capacidade, como um dos primeiros monarcas da Europa. Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhámo-lo, com efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fosse também duradoiro e profícuo.

Como foi que o movimento regenerador da Renascença, tão bem preparado, abortou entre nós, demonstrá-lo-ei logo com factos decisivos. Esse movimento só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconheceram-no, ou combateram-no. Houve, porém, uma primeira geração, que respondeu ao chamamento da Renascença; e enquanto essa geração ocupou a cena, isto é, até ao meado do século XVI, a Península conservou-se à altura daquela época

extraordinária de criação e liberdade de pensamento. A renovação dos estudos, recebeu-a nas suas universidades novas ou reformadas, aonde se explicavam os grandes monumentos literários da antiguidade, muitas vezes na própria língua dos originais. Entre as 43 Universidades estabelecidadas na Europa durante o século XVI, 14 foram fundadas pelos reis de Espanha. A filosofia platónica, que substituía por toda a parte a velha e gasta Escolástica, foi adoptada pelos espíritos mais eminentes. Um estilo e uma literatura nova surgiu com Camões, com Cervantes, com Gil Vicente, com Sá de Miranda, com Lope de Vega, com Ferreira. Demos às escolas da Europa sábios como

Miguel Servet, precursor de Harvey, filósofos como Sepúlveda, um dos primeiros peripatéticos do tempo, e o português Sanches, mestre de Montaigne. A família dos humanistas, verdadeiramente característica da Renascença, foi representada entre nós por André de Resende, por Diogo de Teive, pelo bispo de Tarragona, Antonio Augustin, por Damião de Góis, e por Camões, cuja inspiração não excluía uma erudição quase universal. Finalmente, a Arte peninsular ergue nessa época um voo poderoso, com a arquitectura chamada manuelina, criação duma originalidade e graça surpreendentes, e com a brilhante escola de pintura espanhola, imortalizada por artistas como

Murillo, Velásquez, Ribera. Fora da pátria guerreiros ilustres mostravam ao mundo que o valor dos povos peninsulares não era inferior à sua inteligência.
Se as causas da nossa decadência existiam já latentes, nenhum olhar podia ainda então descobri-las: a glória, e uma glória merecida, só dava lugar à admiração.
Deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expansão, passámos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido. Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação 50 ou 60 anos!

Em tão curto período era impossível caminhar mais rapidamente no caminho da perdição.
No princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, e se desmorona por todos os lados a monarquia anómala, inconsistente e desnatural de Filipe II; quando a glória passada já não pode encobrir o ruinoso do edifício presente, e se afunde a Península sob o peso dos muitos erros acumulados, então aparece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência. Aparece em tudo; na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, e como consequência de tudo isto, nos costumes.

A preponderância, que até então exercêramos nos negócios da Europa, desaparece para dar lugar à insignificância e à impotência. Nações novas ou obscuras erguem-se, e conquistam no mundo, à nossa custa, a influência de que nos mostrámos indignos. A coroa de Espanha é posta em leilão sangrento no meio das nações, e adjudicada, no fim de doze anos de guerra, a um neto de Luís XIV. Com a dinastia estrangeira começa uma política anti-racional, que envilece e desacredita a monarquia. E esse rei estrangeiro custa à Espanha a perda de Nápoles, da Sicília, do Milanês, dos Países Baixos! Em Portugal, é a influência inglesa, que, por meio de cavilosos tratados, faz de nós uma espécie de

colónia britânica. Ao mesmo tempo as nossas próprias colónias escapam-nos gradualmente das mãos: as Molucas passam a ser holandesas; na Índia lutam sobre os nossos despojos holandeses, ingleses e franceses; na China e no Japão desaparece a influência do nome português. Portugueses e espanhóis, vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais do que duas sombras, duas nações espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!... E que tristíssimo quadro o da nossa política interior! Às liberdades municipais, à iniciativa local das Comunas, aos Forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede

a centralização, uniforme e esterilizadora. A realeza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua origem e a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o património providencial dos reis. O pior é que os povos acostumam-se a crê-lo também! Aquele espírito de independência que inspirava o firme *si no, no!* da Idade Média, adormece e morre no seio popular. O povo emudece; negam-lhe a palavra, fechando-lhe as Cortes; não o consultam, nem se conta já com ele. Com quem se conta é com a aristocracia palaciana, com uma nobreza cortesã, que cada vez se

separa mais do povo pelos interesses e pelos sentimentos, e que, de classe, tende a transformar-se em casta. Essa aristocracia, como um embaraço na circulação do corpo social, impede a elevação natural dum elemento novo, elemento essencialmente moderno, a classe média, e contraria assim todos os progressos legados a essa elevação. Por isso decai também a vida económica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comércio, deperecem uma por uma as indústrias nacionais; a riqueza, uma riqueza faustosa e estéril, concentra-se em alguns pontos excepcionais, enquanto a miséria se alarga pelo resto do país; a população decimada pela guerra, pela emigração, pela miséria, diminui duma maneira

assustadora. Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre! No meio dessa pobreza e dessa atonia, o espírito nacional desanimado e sem estímulos, devia cair naturalmente numa estado de torpor e de indiferença. É o que nos mostra claramente esse salto mortal dado pela inteligência dos povos peninsulares, passando da Renascença, para os séculos XVII e XVIII. A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos académicos, dos imitadores. Saímos duma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre; entramos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera

turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação estéril, falsa, e artificialmente provocada do Gongorismo, depois da afectação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal: inventar, considera-se um perigo e uma inferioridade; uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio.

Florescem a tragédia, a ode pindárica e o poema herói-cómico, isto é, a afectação e a degradação da poesia. Quanto à verdade humana, ao sentimento popular e nacional, ninguém se preocupava com isso. A invenção e originalidade, nessa época deplorável, concentra-se toda na discrição cinicamente galhofeira das misérias, das intrigas, dos expedientes da vida ordinária. Os *Romances picarescos* espanhóis, e as *Comédias populares* portuguesas, são os irrefutáveis actos de acusação, que, contra si mesma, nos deixou essa sociedade, cuja profunda desmoralização tocava os limites da ingenuidade e da inocência no vício. Fora desta realidade pungente, a literatura oficial

e palaciana espraiava-se pelas regiões insípidas do discurso académico, da oração fúnebre, do panegírico encomendado — géneros artificiais, pueris, e mais que tudo soporíficos. Com um tal estado dos espíritos, o que se podia esperar da Arte? Basta erguer os olhos para esses lúgrubes moles de pedra, que se chamam o Escorial e Mafra, para vermos que a mesma ausência de sentimento e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do Classicismo ergueu também as massas compactas, e friamente correctas na sua falta de expressão, da arquitectura jesuítica. Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente porque se fez o monstruoso,

e a construção delicada, aérea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerónimos, da Batalha, da catedral de Burgos! O espírito sombrio e depravado da sociedade reflectiu-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre perante a história uma incorruptível testemunha de acusação contra aquela época de verdadeira morte moral. Essa morte moral não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira, também, invadira sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna; não saiu da Península uma só das grandes

descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia; aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico — onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopeia do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga à descoberta duma grande lei científica, dum sistema, dum facto capital? A Europa culta

engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência; foi sobretudo por falta de ciência que nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos. A alma moderna morrera dentro de nós completamente. Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, à depravação dos costumes. E os costumes depravaram-se com efeito. Nos grandes a corrupção faustosa da vida de corte, aonde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade, do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família do pobre vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos

poderosos. É a época das amásias e dos filhos bastardos. O que era então a mulher do povo, em face das tentações do ouro aristocrático, vê-se bem no escandaloso Processo de nulidade de matrimónio de Afonso VI, e nas Memórias do cavaleiro de Oliveira. Ser rufião é um ofício geralmente admitido, e que se pratica com aproveitamento na própria corte. A religião deixa de ser um sentimento vivo; torna-se uma prática ininteligente, formal, mecânica. O que eram os frades, sabêmo-lo todos: os costumes picarescos e ignóbeis dessa classe são ainda hoje memorados pelo Decamerone da tradição popular. O pior é que esses histriões tonsurados eram ao mesmo tempo sanguinários.

A Inquisição pesava sobre as consciências como a abóbora dum cárcere. O espírito público abaixava-se gradualmente sob a pressão do terror, enquanto o vício, cada vez mais requintado, se apossava placidamente do lugar vazio que deixava nas almas a dignidade, o sentimento moral e a energia da vontade pessoal, esmagados, destruídos pelo medo. Os *Casuístas* dos séculos XVII e XVIII deixaram-nos um vergonhoso monumento do requinte bestial de todos os vícios, da depravação das imaginações, das misérias íntimas da família, da perdição dos costumes, que corria aquelas sociedades deploráveis. Isto por um lado; porque, pelo outro, os *Casuístas* mostram-nos também a que

abaixamento moral chegara o espírito do clero, cavando todos os dias esse lodo, revolvendo com afinco, com predilecção, quase com amor, aquele montão gravemente de abjecções. Todas essas misérias íntimas reflectem-se fielmente na literatura. O que era no século XVII a moral pública, as intrigas políticas, o nepotismo cortesão, o roubo audaz ou sub-reptício da riqueza pública, vê-se (e com todo o relevo duma pena sarcástica e inexorável) na *Arte de Furtar* do P.ᵉ António Vieira. E quanto aos documentos para a história da família e dos costumes privados, encontrámo-los na *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel, nas *Farsas populares* portuguesas,

e nos *Romances picarescos* espanhóis. O espírito peninsular descera de degrau em degrau, até ao último termo da depravação! Tais temos sido nos últimos três séculos: sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem invenção, sem costumes. Erguêmo-nos hoje a custo, espanhóis e portugueses, desse túmulo onde os nossos grandes erros nos tiveram sepultados; erguêmo-nos, mas os restos da mortalha ainda nos embaraçam os passos, e pela palidez dos nossos rostos pode bem ver o mundo de que regiões lúgrubes e mortais chegamos ressuscitados! Quais as causas dessa decadência, tão visível, tão universal, e geralmente tão pouco explicada?

Examinemos os fenómenos, que se deram na Península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aparecem os germes, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro carácter. Se esses fenómenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da actividade nacional, desde a religião até à indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos — estarei autorizado a empregar o argumento (neste caso, rigorosamente lógico) *post hoc, ergo propter hoc*, e a concluir que é nesses novos fenómenos que se devem

buscar e encontrar as causas da decadência da Península. Ora esses fenómenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do *Catolicismo*, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das *Conquistas* longínquas. Estes fenómenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o *pensamento*, a *política* e o *trabalho*, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima.